

Japoneses vão investir no cerrado

O Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodec) prevê a liberação de US\$ 850 milhões na agricultura

Silvio Ribas
de Belo Horizonte

O governo brasileiro retoma na próxima semana as negociações de empréstimo especial com o governo japonês para dar início ao Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodec) III - Expansão. O ministro da agricultura, Arlindo Porto, afirmou ontem nesta capital que os últimos acordos para o pacote de fomento orçado em US\$ 850 milhões já estavam próximos da conclusão, mas foram suspensos há quatro meses, logo após a crise da invasão da embaixada japonesa em Lima, Peru, encerrada na última semana. O Japão responderá por 60% do custo do programa, que terá a contrapartida do governo brasileiro, responsável pelos 40% restantes.

A nova edição do Prodec, que envolve construção de infra-estrutura de transporte e energia e liberação de financiamento direto ao produtor agrícola - soja, milho e arroz -,

abrangerá os estados de Minas Gerais, Goiás e Tocantins, nesta ordem.

A expectativa do ministro Arlindo Porto é de que a liberação dos recursos seja feita em 6 de junho próximo, durante a visita ao Brasil do primeiro-ministro do Japão, Ryutarô Hashimoto. Antes disso, em maio, Porto deverá retornar ao Japão para fechar os detalhes. O secretário da agricultura de Minas Gerais, Alys-son Paulinelli, assessorou o governo

federal nas negociações. O empréstimo deverá ter juros anuais de 2,5% mais a variação do dólar.

Segundo Arlindo Porto, o Prodec III destinará cerca de US\$ 300 milhões em investimentos em estradas e eletrificação. A maior parte do dinheiro, liberado em "cash" logo após a assinatura do contrato, será destinada ao produtor rural, para a compra de máquinas e implementos agrícolas, com condições especiais de pagamento.

Os produtores de Minas Gerais receberão 40% dos recursos, ou seja, cerca de US\$ 300 milhões. Deste montante, a maior parte, ou US\$ 200 milhões, será aplicada na obra de construção do ramal ferroviário Pirapora-Unaí, da Companhia Vale do Rio Doce. Os demais projetos contemplados envolvem pavimentação de estradas vicinais e eletrificação de propriedades rurais, com cerca de US\$ 50 milhões cada.

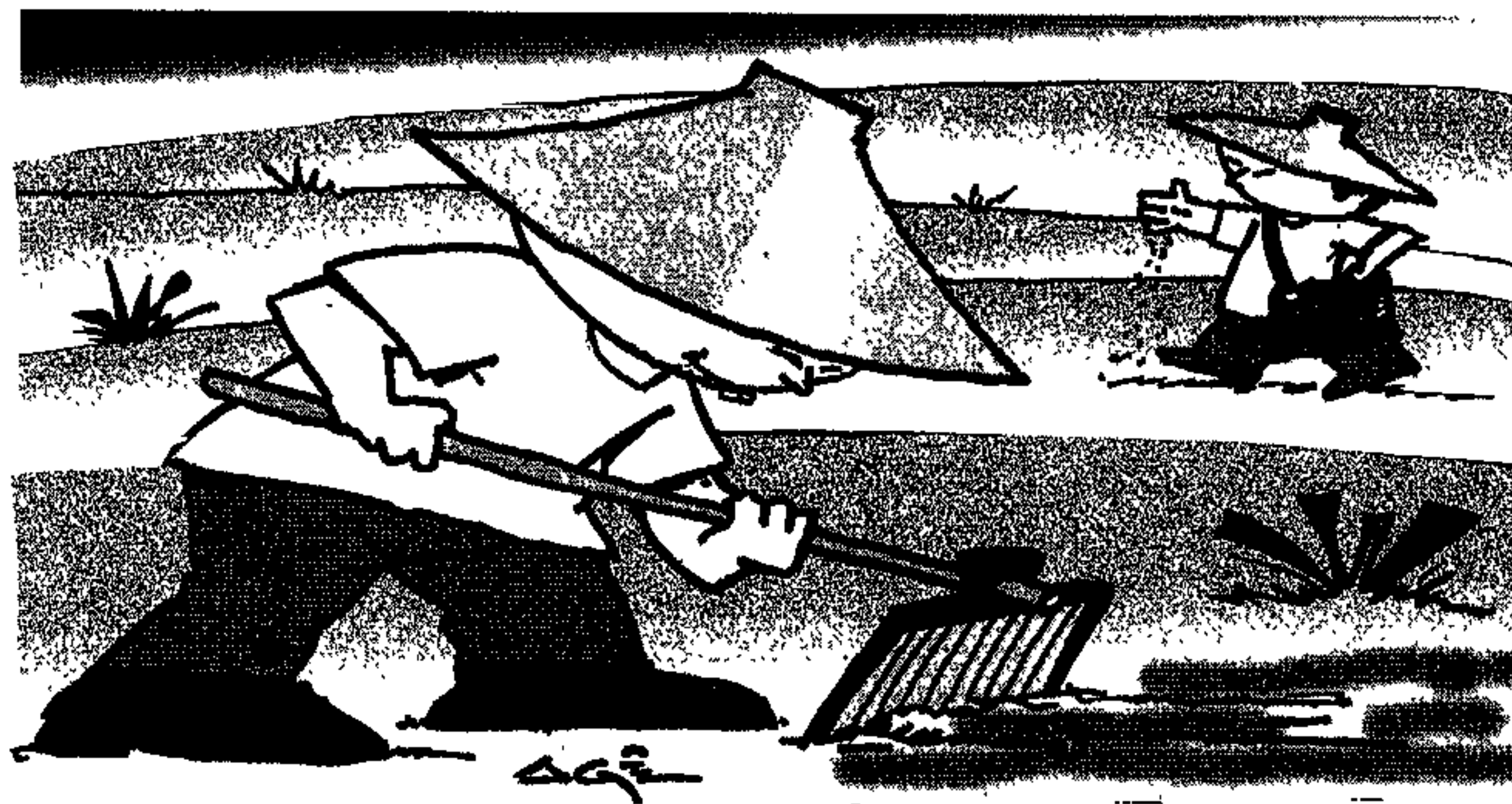
O ministro da agricultura ainda não possui números estimados sobre a quantidade de toneladas de grãos que serão proporcionados pelo programa, mas ressaltou que o Prodec poderá abrir novas fronteiras agrícolas em outros estados. "A tecnologia já temos, mas com energia para a eletrificação e facilidades logísticas para o escoamento, as oportunidades se tornam reais para centenas de pequenos produtores", diz Porto. O gerenciamento a aplicação dos recursos será feita pelo próprio Ministério da Agricultura.

Pressionado por empresários mineiros do setor têxtil, o ministro afir-

mou ainda que o governo já estuda, em base das novas condições gerais de mercado de algodão no País, políticas específicas de apoio à cotonicultura nacional. Elas já estarão, em maio, no próximo plano de safra, em maio. "Devo admitir que até agora não via razão para estimular o plantio. Se estimulasse a produção, não veria os resultados hoje possíveis".

Há dois anos, o comércio interno do algodão era suprido por 950 mil toneladas produzidas em território brasileiro. Hoje, a produção não passa de 300 mil toneladas e as importações passaram a vir de várias diversos países, inclusive da África central. A Argentina ampliou consideravelmente sua participação e deverá exportar 350 mil toneladas para a indústria brasileira.

Porto lembrou que, apesar de sua tranquilidade inicial, o ministério ensaiou uma política diferenciada para o setor cotonicultor, "já prevendo as volumosas importações a vista". O perfil de financiamento para o produtor de algodão foi, por exemplo, estipulado como o dobro dos demais segmentos. ■



30.4.1975/197
30/4
B-18